

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 2 S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ nº 20.675.144/0001-55

NIRE nº 42 3 0005313-9

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis - SC - 88025-255



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Eólica Santo Agostinho 2 S.A. ("Santo Agostinho 2" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Santo Agostinho 2 é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Geradora Eólica Santo Agostinho 2, com capacidade instalada de 31,0 MW e garantia física de 14,9 MWh, localizada entre os municípios de Lajes e Pedro Avelino, no Estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Santo Agostinho Participações S.A., uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

4. Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta da Companhia alcançou 96,0 GWh, desempenho 42,2% superior à observada em 2024, que foi de 67,5 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, em 2025 atingiu 87,65%, 28,46 p.p. superior ao obtido em 2024, de 59,19%.

O Conjunto Eólico Santo Agostinho, do qual a Companhia faz parte, foi finalizado em 2024, entrando 100% em operação comercial, o que justifica o crescimento de produção em 2025 frente ao registrado em 2024, quando parte do Conjunto ainda estava em fase de implantação.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2025	2024	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	27.050	46.094	(19.044)	(41,3)
Lucro bruto	14.375	35.195	(20.820)	(59,2)
Resultado do serviço (Ebit)	14.242	35.058	(20.816)	(59,4)
Ebitda (Lajida) ¹	21.472	41.161	(19.689)	(47,8)
Resultado financeiro	(8.305)	(9.003)	698	(7,8)
Lucro líquido do exercício	3.411	19.205	(15.794)	(82,2)

(1) Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação



Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: a redução decorreu, majoritariamente, de receitas de indenizações não auferidas em 2025 e que impactaram o aumento da receita operacional líquida em 2024.

Lucro bruto, resultado do serviço e Ebitda: a redução é motivada, principalmente, pela redução da receita operacional líquida e parcialmente acentuado pelo aumento dos custos do serviço de terceiros.

Lucro líquido do exercício: redução motivada pelos efeitos anteriormente citados.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2025.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Santo Agostinho 2 S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2025.

A Administração

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 2 S.A.
CNPJ Nº 20.675.144/0001-55 | NIRE Nº 42 3 0005313-9
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.073	6.768
Contas a receber de clientes	5	2.340	2.305
Outros ativos circulantes		734	307
		11.147	9.380
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos vinculados	6	3.788	2.264
		3.788	2.264
Imobilizado			
Intangível	7	174.312	181.729
		48	47
		178.148	184.040
TOTAL		189.295	193.420
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	1.359	1.967
Financiamento	10	7.587	4.366
Dividendos	11	810	4.045
Outros passivos circulantes		335	331
		10.091	10.709
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	2.736	3.435
Financiamento	10	133.765	82.121
Provisão para desmobilização	7	2.262	2.069
		138.763	87.625
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11	36.988	82.098
Reservas de lucros		1.022	852
Dividendos adicionais propostos		2.431	12.136
		40.441	95.086
TOTAL		189.295	193.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 2 S.A.
CNPJ Nº 20.675.144/0001-55 | NIRE Nº 42 3 0005313-9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	27.050	46.094
CUSTOS OPERACIONAIS			
Depreciação e amortização	7	(7.230)	(6.103)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(2.201)	(2.269)
Serviços de terceiros		(1.812)	(817)
Outros		(1.432)	(1.710)
		(12.675)	(10.899)
LUCRO BRUTO		14.375	35.195
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços de terceiros		(133)	(137)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		14.242	35.058
RESULTADO FINANCEIRO			
Renda de aplicações financeiras		4.522	410
Renda de depósitos vinculados		433	235
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(12.752)	(9.513)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	7	(105)	(64)
Outras despesas financeiras, líquidas		(403)	(71)
		(8.305)	(9.003)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		5.937	26.055
Imposto de renda e contribuição social correntes			
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(2.526)	(6.850)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.411	19.205

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.411	19.205
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.411	19.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 2 S.A.
CNPJ Nº 20.675.144/0001-55| NIRE Nº 42 3 0005313-9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

Reservas de lucros

	Nota	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2023		82.098	-	-	(2.172)	79.926
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.205	19.205
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	852	-	(852)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(4.045)	(4.045)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	12.136	(12.136)	-
Saldos em 31.12.2024	11	82.098	852	12.136	-	95.086
Redução de capital		(45.110)	-	-	-	(45.110)
Dividendos adicionais propostos		-	-	(12.136)	-	(12.136)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.411	3.411
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	170	-	(170)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(810)	(810)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	2.431	(2.431)	-
Saldos em 31.12.2025	11	36.988	1.022	2.431	-	40.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 2 S.A.
CNPJ Nº 20.675.144/0001-55| NIRE Nº 42 3 0005313-9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	5.937	26.055
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	7.230	6.103
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(433)	(235)
Juros e variação monetária sobre financiamento	12.752	9.513
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	105	64
Outros	30	41
Resultado antes dos tributos ajustado	25.621	41.541
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(35)	(2.262)
Outros ativos	(427)	14
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(971)	469
Outros passivos	4	(87)
Caixa gerado nas operações	24.192	39.675
Pagamentos de juros sobre financiamento	(7.413)	(5.297)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.849)	(6.509)
Caixa líquido das atividades operacionais	14.930	27.869
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(769)	(18.380)
Caixa líquido das atividades de investimento	(769)	(18.380)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	(45.110)	-
Captação de financiamento	55.489	-
Pagamento de financiamento	(5.963)	(4.119)
Dividendos pagos	(16.181)	-
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(1.091)	185
Caixa líquido das atividades de financiamento	(12.856)	(3.934)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.305	5.555
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	6.768	1.213
Saldo final	8.073	6.768
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.305	5.555
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa		
Fornecedores de imobilizado	(336)	863
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(704)	(125)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 2 S.A.
CNPJ Nº 20.675.144/0001-55 | NIRE Nº 42 3 0005313-9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Santo Agostinho 2 S.A. (“Santo Agostinho 2” ou “Companhia”), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 21.07.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração da Usina Eólica Santo Agostinho 2, bem como a implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir e ter participações em consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia pertence ao Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I – (CESA). Em 15.01.2021, foi assinado contrato para o fornecimento de aerogeradores, viabilizando o início da implantação deste Conjunto, cuja capacidade instalada é de 434,0 MW. A Companhia possui potência de 31,0 MW e capacidade comercial de 14,9 MWm, sendo sua energia totalmente direcionada para contratação no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Usina está localizada nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, a aproximadamente 120 km da Cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Santo Agostinho, com participação de 7,14%. O Consórcio Santo Agostinho é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE”).

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 19.03.2026.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de autorização de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel.

b.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no encerramento do exercício, a existência de evidências de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Em situações não comuns, se tais evidências são identificadas, a Companhia procede ao teste de *impairment*. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda é reconhecida no resultado do exercício.

b.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

b.3) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

b.4) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

c) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras. A Companhia apurou os impostos sobre o regime de lucro presumido.

h) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Santo Agostinho (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

j) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.</p>	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<p>Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.</p>	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<p>Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.</p>	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

k) Novas normas, alterações, interpretações e orientações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02 Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.</p>	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
<p>CPC 51 O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.</p>	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	164	96
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	7.909	6.672
	8.073	6.768

A Companhia é participante do fundo de Investimento Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE) de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2025 e 2024 foi de cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2025 os valores a receber no montante de R\$ 2.340 (R\$ 2.305 em 31.12.2024) correspondem a contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2045, sendo seu reajuste feito anualmente em outubro do respectivo ano. Em 31.12.2025 e 31.12.2024 a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber.

NOTA 6. DEPÓSITO VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R\$ 3.788 (R\$ 2.264 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7. IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2025				31.12.2024
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificação e benfeitorias	3,4%	7.868	(479)	7.389	7.656
Máquinas e equipamentos	3,9%	176.120	(12.582)	163.538	170.102
Móveis e utensílios	6,3%	26	(2)	24	24
Direito de uso de arrendamentos	4,8%	3.280	(314)	2.966	3.910
		187.294	(13.377)	173.917	181.692
Em curso					
Máquinas e equipamentos		387	-	387	36
Veículos		6	-	6	-
Outros a Ratear		2	-	2	1
		395	-	395	37
		187.689	(13.377)	174.312	181.729

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Móveis e Utensílios	Direito de uso de arrendamentos	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2023	-	-	-	199	162.641	162.840
Ingressos	-	-	-	-	19.243	19.243
Provisão para desmobilização	2.005	-	-	-	-	2.005
Remensuração	-	-	-	3.744	-	3.744
Transferências	173.955	7.868	24	-	(181.847)	-
Depreciação	(5.858)	(212)	-	(33)	-	(6.103)
Saldos em 31.12.2024	170.102	7.656	24	3.910	37	181.729
Ingressos	-	-	-	-	436	436
Provisão para desmobilização	88	-	-	-	-	88
Remensuração	-	-	-	(708)	-	(708)
Transferências	73	-	5	-	(78)	-
Baixas	-	-	(3)	-	-	(3)
Depreciação	(6.725)	(267)	(2)	(236)	-	(7.230)
Saldos em 31.12.2025	163.538	7.389	24	2.966	395	174.312

c) Provisão para desmobilização

Em 2024, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus parques eólicos, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2025 era de R\$ 2.262 (R\$ 2.069 em 31.12.2024), a variação do saldo é decorrente de (i) constituição de provisão de desmobilização de R\$ 88 (R\$ 2.005 em 31.12.2024) e (ii) juros e variação monetária de R\$ 105 registrada no resultado de 31.12.2025 (R\$ 64 em 31.12.2024).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Usina Eólica Santo Agostinho 2, com capacidade instalada de 31,0 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de maio de 2021.

NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
Arrendamentos a pagar	3.134	3.916
Fornecedores de imobilizado	553	889
Fornecedores de materiais e serviços	221	420
Encargos de uso da rede elétrica	187	177
	4.095	5.402
Passivo circulante	1.359	1.967
Passivo não circulante	2.736	3.435
	4.095	5.402

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A Companhia apresenta uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a riscos da variação de taxas de juros e/ou de índices flutuantes. O cenário-base provável para 31.12.2026 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

Risco de variação	Variação 12 meses 31.12.2025	Cenário Provável 31.12.2026	Sensibilidade		
			Provável	$\Delta + 25\%^1$	Administração
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(1) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 31.12.2025, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 31.12.2026 e demonstram os eventuais impactos adicional em 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado, e conseqüentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e/ou índices flutuantes para os próximos, são estas:

	Saldo em 31.12.2025	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamento				
IPCA	141.352	320	(1.261)	(60)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	141.352	86.487
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(3.788)	(2.264)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(8.073)	(6.768)
Dívida líquida	129.491	77.455
Patrimônio líquido	40.441	95.086
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	3,2	0,8

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2025, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa contratual
Fornecedores	1.379	835	835	2.275	5.324
Financiamento	7.587	29.863	28.112	148.115	213.677
	8.966	30.698	28.947	150.390	219.001

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	7.909	6.672
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	164	96
Contas a receber de clientes	2.340	2.305
Depósitos vinculados	3.788	2.264
	14.201	11.337
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	4.095	5.402
Financiamento	141.352	86.487
	145.447	91.889

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Total
Saldos em 31.12.2023	86.390
Juros e variação monetária	9.513
Amortização do principal	(4.119)
Amortização de juros	(5.297)
Saldos em 31.12.2024	86.487
Captação de financiamento	55.489
Juros e variação monetária	12.752
Amortização do principal	(5.963)
Amortização de juros	(7.413)
Saldos em 31.12.2025	141.352
Classificação no balanço patrimonial	
Passivo circulante	7.587
Passivo não circulante	133.765
	141.352

a.1) Principais transações realizadas em 2025

Em maio de 2025, foi liberado o montante de R\$ 56.559 (R\$ 55.489, líquidos dos custos de captação), referente ao financiamento com o BNDES contratado em 2021. Os recursos serão destinados ao financiamento da construção do Conjunto Eólico Santo Agostinho.

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2027	7.071
2028	7.071
2029	7.071
2030	7.071
2031	7.071
2032 a 2036	35.356
2037 a 2045	63.054
	133.765

c) Condições contratadas

	Encargos	Condições de pagamento	
		Vencimento	Principal e encargos
BNDES - Santo Agostinho	IPCA + 6,15% a.a.	11.2045	Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta Santo Agostinho Participações S.A. e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ $\geq 1,25$

(1) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida, conforme definido em contrato.

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido em contrato.

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2025 era de R\$ 36.988 (R\$ 82.098 em 31.12.2024), totalmente subscrito e integralizado, representado por 36.987.719 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 36.987.718 pertencem à controladora Santo Agostinho Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício. No exercício de 2025, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 810.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída com a finalidade de financiar os investimentos no parque gerador da Companhia. No exercício de 2025 não houve constituição de reserva de retenção de lucros.

d) Dividendos adicionais propostos

Em 31.12.2025, a Companhia encaminhou para aprovação a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2025, no valor R\$ 2.431.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Dessa forma, esses dividendos estão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada “Dividendos adicionais propostos”, até a sua aprovação pela AGO.

NOTA 12. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados:

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ECV	27.050	29.295
Outras receitas	1.025	1.110
	28.075	30.405
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(1.025)	(1.110)
OUTRAS RECEITAS		
Indenizações	-	16.799
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27.050	46.094

Em 2024 foi auferida receita oriunda de indenizações por descumprimentos de condições contratuais incorridos pelo fornecedor responsável pela construção do Conjunto Eólico Santo Agostinho, substancialmente relacionada ao atraso na conclusão da obra. Para a Companhia, o valor registrado foi de R\$ 16.799. O valor reconhecido está estipulado em contrato e foi apurado de forma a compensar a Companhia pela receita não auferida em consequência do adiamento do cronograma da entrada em operação.

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia apurou os impostos sobre o regime de lucro presumido:

	2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	28.075	28.075	30.405	30.405
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	2.246	3.369	2.432	3.649
Receita financeira	4.522	4.522	429	429
Indenização	-	-	16.799	16.799
Outros	434	434	234	234
Base de cálculo	7.202	8.325	19.894	21.111
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(1.801)	(749)	(4.974)	(1.900)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social - resultado	(1.777)	(749)	(4.950)	(1.900)

NOTA 14. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2025, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 64.097.

b) Contrato de operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até junho de 2049. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 171.115.

NOTA 15. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. A vigência da apólice do PDBI vai até 31.05.2026 e os valores em riscos cobertos são de R\$ 2.273.564 para danos materiais e R\$ 569.741 para lucros cessantes para o Conjunto Eólico Santo Agostinho.

NOTA 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO		
	Contas a receber	Fornecedores	Receita operacional líquida	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	Serviços de terceiros
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia	2.340	-	27.050	-	-
ENGIE Brasil Energia	-	10	-	-	116
Gralha Azul Transmissão de Energia	-	-	-	13	-
Novo Estado Transmissora de Energia	-	-	-	22	-
31.12.2025	2.340	10	27.050	35	116

a) Venda e compra de energia entre partes relacionadas

A Companhia mantém contrato com a parte relacionada ECV, com vencimento em 2045, sendo seu reajuste feito anualmente pelo IPCA, em outubro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2025 é de R\$ 586.213. Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão apresentados na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 12 – Conciliação da receita operacional líquida.

b) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da Eólica Santo Agostinho 2 S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Executivo

Tiago Lucimar da Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

Lucas Moura e Rocha
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Márcio dos Santos Rosa
CRC SC 023609/O-7



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
EÓLICA SANTO AGOSTINHO 2 S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **EÓLICA SANTO AGOSTINHO 2 S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



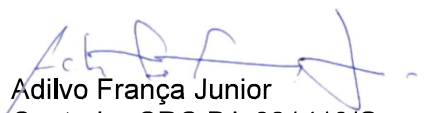
Shape the future
with confidence

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras , inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 19 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O